

NORMA E NATUREZA. McDOWELL: A AUTONOMIA DO DISCURSO ÉTICO E O NATURALISMO DE SEGUNDA NATUREZA.

AUTOR: DIEGO ECHEVENGUÁ QUADRO

ORIENTADOR: PROF. DR. ROBINSON DOS SANTOS

Universidade Federal de Pelotas – diegoquadro26@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas – dossantosrobinson@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Podemos caracterizar a angústia filosófica característica a partir da modernidade como sendo a relação de nossas mentes com o mundo. A ciência moderna desde seu surgimento descortinou uma forma de inteligibilidade que parece estar em conflito com os exercícios de nossas faculdades racionais. Aquilo que as ciências empíricas abordam como seu objeto de investigação parece estar submetido a um tipo de inteligibilidade que contrasta com a inteligibilidade própria do nosso entendimento. A natureza compreendida, como um complexo de relações causais ou como fenômenos ordenados por leis determinadas, parece alijar de seu espaço os exercícios da espontaneidade de um sujeito racional. Dessa forma, todos os fenômenos que seriam próprios a um espaço *sui generis* de onde emanam nossos exercícios racionais são necessariamente compreendidos como pertencentes a uma dimensão platônica ontologicamente distinta do mundo natural. Tal captura do conceito de natureza por parte das ciências naturais nos parece um reducionismo grosseiro que apela para uma ideia de que a última palavra sobre questões ontológicas, ou seja, sobre aquilo que há ou constitui a estrutura última da realidade, deve ser respondida unicamente levando em conta um tipo específico de ontologia doméstica: a das ciências empíricas, física, química e biologia modernas. A partir de uma concepção mais liberal da noção de naturalismo, como a que encontramos em *Mente e Mundo* de John McDowell, podemos construir uma crítica ontológica coerente contra um naturalismo “hard” que busca compreender aquilo que é um conjunto de exercícios próprios da espontaneidade de um sujeito cognitivamente capaz como sendo a mera atuação de uma dimensão física e neurofisiológica. O preço que pagamos a assumir tal postura naturalista radical é o deflacionamento dos nossos exercícios racionais, e a compreensão de que questões que envolvem a noção de normatividade, liberdade e responsabilidade carecem de estatuto epistêmico objetivo; objetividade esta matizada pela perspectiva das ciências naturais acima mencionadas. Em nossa presente pesquisa apresentaremos os argumentos de McDowell contra tal “naturalismo nu e cru” - para apresentarmos um termo caro a McDowell - privilegiando seus argumentos para uma possível solução da tensão entre razão e natureza, e consequentemente o papel da normatividade e da reflexão ética em um mundo desencantado pela compreensão apresentada por formas de naturalismo reducionista. A principal motivação de um naturalismo de tonalidades radicais é sua preocupação com o caráter normativo da experiência na fixação dos juízos e crenças por parte de um sujeito perante o mundo. Não vemos como poderíamos discordar de uma preocupação como esta. A garantia de um papel normativo para aquilo que numa homenagem a Quine podemos chamar de “tribunal da experiência” deve orientar qualquer busca para compreender o direcionamento mente-mundo por parte de um sujeito cognitivo competente. Ou seja, colocando em termos que ecoam o caráter ético de nossa reflexão sobre o

papel da normatividade na natureza, falamos aqui da responsabilidade epistêmica que um sujeito possui frente ao mundo empírico na justificação de seus juízos, crenças e intenções. De acordo com McDowell o que deve estar no cerne de nossas preocupações epistêmicas é a garantia à experiência de funcionar como o critério que media o valor cognitivo de um juízo. Podemos compreender esta exigência como sendo uma condição de possibilidade para o nosso pensamento. Para a garantia do valor cognitivo atribuído a um juízo ou uma crença é necessário que a experiência, na forma como se apresenta para o sujeito, exerce seu papel justificador racional. Contudo, o problema surge a partir do momento que compreendemos a experiência unicamente ordenada pelo tipo de inteligibilidade própria que emana das ciências naturais; uma vez que a natureza passa a ser compreendida como o mero espaço de relações causais, ou nos termos de processos governados por leis, ela não pode ser o locus de uma justificação racional - se entendemos que uma justificação racional é algo próprio da inteligibilidade que existe no domínio das faculdades do entendimento de um ser racional.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada foi a da análise textual, tanto da bibliografia de fonte primária como da de fonte secundária. Foi empregada uma análise imanente dos textos trabalhados, o que possibilitou um ecumenismo teórico que ampliou o diálogo sobre o tema trabalhado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como o objetivo do nosso trabalho é uma crítica ao chamado *naturalismo "hard"* chegamos a resultados específicos. A noção de natureza não pode ficar refém de uma concepção "hard" de naturalismo, que encara qualquer exigência de significado por parte da racionalidade como um platonismo. Evitamos o platonismo quando assumimos o caráter *sui generis* do espaço das razões sem igualarmos a noção de natureza ao domínio da lei. Temos de emancipar a natureza da ontologia doméstica das ciências duras e expandi-la a ponto de abarcar a nossa espontaneidade. Todos os exercícios de nossa espontaneidade que encontram seu espaço próprio dentro do espaço das razões – a normatividade, a liberdade, a responsabilidade, o pensamento crítico e etc. – são exigências que emanam da própria natureza de nossa espontaneidade. Encontram seu espaço no âmbito do nosso exercício racional, e principalmente na ética não podem ficar reféns de uma concepção que busca na natureza a instanciação de determinados conceitos. Como uma postura naturalista forte ameaça noções centrais da ética como a de liberdade e o caráter cognitivo dos conceitos éticos chegamos ao resultado em nossa pesquisa que A reflexão no campo da ética possui uma autonomia que lhe é particular. Não precisamos sair da esfera do pensamento para buscarmos uma Objetividade - com maiúscula, para caracterizar a ideia de objetividade que importamos das ciências naturais - que seria balizada pelo acesso a determinadas propriedades naturais independentes da mente. As demandas da ética são demandas que emanam do espaço das razões depois que um sujeito cognitivo competente é socializado e inserido num conjunto de exigências normativas mediadas por critérios públicos e sociais de determinada comunidade.

4. CONCLUSÕES

Em nosso texto buscamos reconstruir a argumentação de McDowell em seu livro *Mente e Mundo*, com o objetivo de mostrarmos que uma posição realista coerente em epistemologia necessita de um respeito mínimo por um empirismo responsável, que é possível posicionar a razão na natureza sem reduzirmos a espontaneidade de nossas faculdades racionais a fenômenos físicos e que o discurso ético é dotado de uma autonomia que é própria de nosso espaço das razões. Esse conjunto de proposições nos ajuda no empreendimento de construirmos uma perspectiva naturalista mais liberal e aberta, no intuito de refutarmos formas mais conservadoras e fortes de naturalismo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Brasília: UNB, 1985.
- DAVIDSON, Donald. **Inquiries into Truth and Interpretation**. Clarendon Press, Oxford, 1984.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. RJ: Vozes, 2012.
- KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.
- MCDOWELL, John. **Mente e Mundo**. SP: Ideias e Letras, 2005.
- SELLARS, Wilfrid. **Empirismo e Filosofia da Mente**. RJ: Vozes, 2008